

Deputada socialista volta a apontar o dedo a Paulo Portas

Os submarinos do BES...

Ana Gomes

Há dias, na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o BES (CPIBES), o vice-primeiro-ministro recusou responder a perguntas do deputado José Magalhães sobre a relação de dominação do BES com o seu partido, nomeadamente quando Paulo Portas era líder e ministro dos XV e XVI governos.

Paulo Portas fugiu do tema, alegando que a Comissão BES não servia para discutir um negócio já investigado em anterior inquérito parlamentar — apressadamente encerrado pela maioria. Ora, o que se passou nas negociações sobre os submarinos revela muito sobre como Ricardo Salgado se tornou o “Dono Disto Tudo” e acabou por levar o BES à falência, manejando uma teia de políticos e governantes para capturar o Estado ao serviço da expansão dos interesses do BES/GES.

A influência do GES sobre ministros do CDS/PP e do PSD está, desde logo, sobejamente evidenciada no afã de aprovação de despachos ministeriais em fevereiro/março de 2005, aproximando-se o fim do XVI Governo Constitucional, referentes a vários projetos referenciados no caso Portucale. Este deu origem à abertura do processo dos submarinos, por haver indícios de acordos secretos e pela súbita entrada de mais de 1 milhão de euros, no final de 2004, numa conta do CDS/PP no BES — banco junto do qual o partido contraíra empréstimos no valor de **1,9 milhões de euros**. A investigação revelou que Paulo Portas e o seu tesoureiro Abel Pinheiro geriam, para uso exclusivo do líder, um fundo secreto que não passariam à liderança sucessora no CDS/PP: expliquei-o no artigo “O tesouro do Delfim”, no “Público” de 12/02/15.

A participação do GES no negócio dos submarinos fez-se por duas vias: pela empresa ESCOM, representante do consórcio alemão GSC no concurso; e pela associação do BES com o Crédit Suisse (CS) para o financiamento da compra, por decisão do ministro Paulo Portas (os fornecedores alemães preferiam associar a Caixa Geral de Depósitos

ao Deutsche Bank (DB). Há no processo documentação sobre o envolvimento do BES já em reuniões, em maio de 2002, para discussão do financiamento com representantes alemães — muito antes de terminado o concurso que lhes adjudicou o contrato de aquisição dos submarinos.

O Ministério Público (MP) esmiúça a forma “obscura” como foi depois adjudicada ao consórcio CS/BES a montagem do financiamento da compra dos submarinos. Não foi apurado como adquiriu o consórcio a fórmula de “swap sintético” pretendida pelo Estado português, um modelo registado pelo DB, cujos moldes (não públicos e de elevado valor pecuniário) foram obtidos por Bernardo Carnall, então secretário-geral do Ministério da Defesa (MDN), junto do seu homólogo grego, e que rapidamente aproveitaram ao consórcio CS/BES. O MDN negociou com o consórcio CS/BES a redução do *spread all in* para que fosse inferior ao valor proposto pelo concorrente, não obstante o ministro ser alertado de que na capa da proposta se indicava um *spread* de 19,6 pontos, mas que do detalhe se encontrava uma fórmula que conduzia a um *spread* bastante superior. Isso obrigou Paulo Portas

a acordar pelo telefone com Ricardo Salgado, à última hora, um *spread* de 25 pontos, inferior num ponto ao proposto pelo DB.

Luís Horta e Costa confirmou recentemente na AR que os circuitos, via *offshores*, organizados pela ESCOM com apoio do BES, visavam assegurar que os pagamentos a receber do GSC ludibriariam as autoridades tributárias portuguesas. Mas serviram também para esconder beneficiários terceiros — como os membros do Conselho Superior do GES e, tudo indica, partidos políticos e decisores governamentais que adjudicaram o contrato ao GSC e o financiamento ao BES. O Conselho Superior do GES não tinha personalidade jurídica e por isso não podia atribuir remunerações: o que invalida a justificação fabricada por Ricardo Salgado e os outros membros para receberem 1 milhão de euros cada da ESCOM pelo negócio dos submarinos. O MP não apurou os destinatários finais de cerca de 9 milhões de euros que os administradores da ESCOM não ‘legalizaram’ através das amnistias fiscais a partir do montante de 19 milhões que encaminharam para o Feltree Fund nas Bahamas, via BES...

O negócio dos submarinos está na base de condenações na Alemanha por corrupção em Portugal, corrupção em que o GES/BES foi instrumental e de que aproveitou também. Identificar as ligações importa para expor a teia de políticos vendidos que capturam o Estado contra o interesse público: a derrocada do BES deve servir também para os capturar.

ILUSTRAÇÃO FILIPE ABRANCHES

